

VIII Colóquio Internacional  
A Educação pelas Imagens e suas Geografias  
10º Encontro com Imagens e Filosofia  
São João del-Rei, 2025

PENSAR COM AS IMAGENS -  
MODOS OUTROS DE CRIAR E HABITAR MUNDOS

**Tecnologias da Inteligência e Soberania Digital:** desafios à autonomia e ao letramento digital na educação.

Josiane Santana Ribeiro

Universidade de Brasília - UnB

e-mail: josisanri@gmail.com

Andrea Versuti

Universidade de Brasília - UnB

e-mail: andrea.versuti@gmail.com

## Resumo

A presença de algoritmos, plataformas digitais e inteligências artificiais no campo educacional evidencia a necessidade de compreendê-los como dispositivos que, mais do que simples ferramentas técnicas, organizam práticas pedagógicas, condicionam aprendizagens e influenciam a constituição de subjetividades. Este resumo analisa teoricamente os impactos da cultura digital sobre a autonomia e a soberania informacional na educação pública brasileira. Argumenta-se que a incorporação acrítica dessas tecnologias reforça a dependência de plataformas privadas e consolida práticas de vigilância e padronização. Em contrapartida, defende-se a urgência de construir soberania digital e desenvolver um letramento digital capaz de transformar tais dispositivos em instrumentos de emancipação e participação democrática.

**Palavras-chave:** Tecnologias da Inteligência; Educação Pública; Soberania Digital.

## Introdução

A interação com sistemas informáticos tornou-se central nas transformações culturais e sociais (Lévy, 1993, 1999; Castells, 1999). As tecnologias digitais atuam de forma invisível, mas determinante, em várias dimensões da vida, penetrando nas estruturas de poder e reconfigurando relações sociais e comportamentos (Castells, 1999).

Na educação, plataformas, algoritmos e inteligências artificiais operam como dispositivos:

VIII Colóquio Internacional  
A Educação pelas Imagens e suas Geografias  
10º Encontro com Imagens e Filosofia  
São João del-Rei, 2025

PENSAR COM AS IMAGENS -  
MODOS OUTROS DE CRIAR E HABITAR MUNDOS

mais do que simples ferramentas, configuram-se como mecanismos que estruturam práticas escolares, regulam interações e orientam processos de aprendizagem e de pensamento.

Entretanto, quando incorporados sem mediação crítica, esses dispositivos podem reforçar a dependência de soluções privadas e limitar a autonomia pedagógica. Pretto (1996; 2011) adverte que compreender a cultura digital apenas como aparato técnico é ignorar que a Cultura Digital está transformando profundamente nossa forma de pensar e de ser.

Dessa forma, este trabalho discute, em perspectiva teórica, como algoritmos, plataformas digitais e inteligências artificiais atuam como dispositivos culturais na educação, afetando a autonomia e a soberania digital.

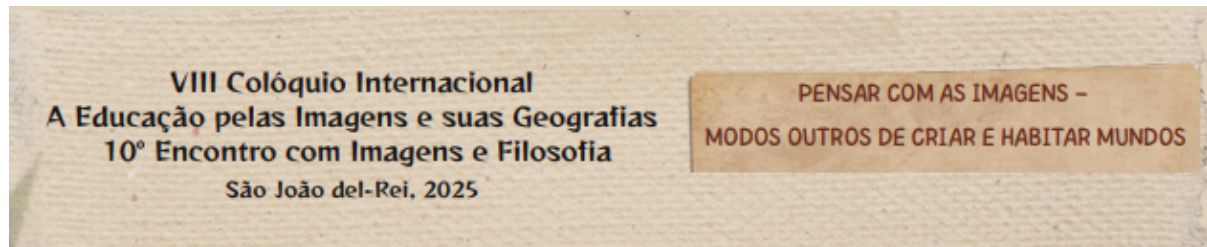
### **Desenvolvimento**

Os ambientes digitais ampliam significativamente a capacidade de produção cultural, criando novas formas de interação e conhecimento (Lévy, 1993). O ciberespaço constitui não apenas uma rede técnica, mas também um espaço simbólico que articula práticas, valores e modos de pensar (Lévy, 1999).

Na educação, em muitos casos, os dispositivos tecnológicos são vistos como ferramentas neutras. Entretanto, muitos dispositivos atuam na reconfiguração de experiências de aprendizagem. Freire (2005) afirma que quando a prática pedagógica se limita à transmissão de conteúdos, reforça-se a lógica bancária, na qual os estudantes tornam-se receptores passivos. No universo digital, essa passividade é agravada pelo fato de os dispositivos definirem fluxos de informação, priorizarem conteúdos e moldarem formas de atenção e memória.

Tratar as tecnologias como neutras ignora que dispositivos educacionais estão sob o controle de grandes corporações, como Google e Microsoft, que operam pela apropriação do conhecimento e do controle digital (Silveira, 2004). No Brasil, essa dependência ficou evidente na pandemia: cerca de 65% das instituições públicas aderiram a plataformas privadas, sem garantias adequadas de proteção de dados, consolidando um colonialismo informacional (Educação Viggiada, 2020).

Esse processo mostra que as tecnologias não apenas apoiam práticas educativas, mas produzem dependência, vigilância e padronização, ameaçando a autonomia pedagógica e cognitiva. Freire (2000) lembra que as tecnologias devem ser submetidas ao crivo ético e



político, a serviço da emancipação e não da lógica mercado

Nesse sentido, o letramento digital deve ir além do uso técnico de ferramentas, sendo prática social que forma sujeitos capazes de questionar e transformar os dispositivos escolares. Para Pretto (2011), a educação digital crítica deve assegurar participação ativa na cibercultura, evitando que a escola se restrinja ao consumo de tecnologias externas.

Desse modo, articular soberania digital e educação implica integrar três dimensões: letramento digital, que possibilita compreender e questionar plataformas e algoritmos; a soberania digital informacional, que reduz a dependência de plataformas privadas e fortalece soluções públicas e abertas (Silveira, 2004); e a justiça social, que garante que a cultura digital seja espaço de inclusão e participação democrática (Pretto, 2011).

### **Conclusão**

Os algoritmos, plataformas digitais e inteligências artificiais, quando compreendidos como dispositivos, mostram-se elementos estruturantes do campo educacional contemporâneo. Eles regulam interações, organizam rotinas pedagógicas e moldam subjetividades, tornando-se centrais para compreender a cultura digital.

Contudo, sua incorporação acrítica tem reforçado práticas de vigilância, padronização e dependência em relação às big techs, com sérias consequências para a autonomia pedagógica e a soberania informacional. Em contraposição, torna-se urgente construir caminhos para a soberania digital, capazes de ressignificar os dispositivos tecnológicos como instrumentos de liberdade e emancipação.

Essa perspectiva reafirma o compromisso da educação pública com a justiça social e a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender e transformar os sistemas tecnológicos que atravessam sua vida cotidiana. Conclui-se, assim, que a construção de um letramento e soberania digital é indispensável para que a cultura digital se torne efetivamente um espaço de liberdade, aprendizagem e participação democrática.

### **6. Referências**

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VIII Colóquio Internacional  
A Educação pelas Imagens e suas Geografias  
10º Encontro com Imagens e Filosofia  
São João del-Rei, 2025

PENSAR COM AS IMAGENS -  
MODOS OUTROS DE CRIAR E HABITAR MUNDOS

EDUCAÇÃO VIGIADA. Como as grandes corporações impõem suas plataformas e coletam dados nas redes públicas de ensino do Brasil. 2020. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação. São Paulo: UNESP, 2000.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PRETTO, Nelson de L. Redes colaborativas, ética hacker e educação. Educação em Revista, v. 26, n. 3, p. 305–316, 2010.

PRETTO, Nelson de L. O desafio de educar na era digital. Revista Portuguesa de Educação, v. 24, n. 1, p. 95–118, 2011.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Capitalismo de vigilância. Revista EPTIC, v. 17, n. 1, p. 35–49, 2015.